

CIÊNCIA, FORÇA PRODUTIVA E CAPITAL NA CRÍTICA MARXIANA DA ECONOMIA POLÍTICA

Antônio José Lopes Alves*

A presente notícia de pesquisa tem por finalidade apresentar os principais elementos da abordagem marxiana da questão da produção da ciência e de seu desenvolvimento como tecnologia no interior da ordem do capital. Para tanto, buscar-se-á evidenciar, através da explicitação analítica de alguns trechos selecionados da obra madura de Marx, a partir dos “Grundrisse” até seus últimos escritos, o modo pelo qual a ciência se torna momento integrante do complexo das forças produtivas do trabalho social.

Nesse sentido, a determinação da própria ciência como força produtiva obriga o exame preliminar e, no momento, breve desse conceito marxiano, trazendo à luz a malha categorial que o configura como plataforma objetiva da autoconstrução infinita do humano. Na tematização de Marx, a categoria *força produtiva* – a qual foi de certo modo “herdada” da tematização ricardiana – está longe de resumir-se ao aparato tecnológico, como usualmente é considerado, de um modo fetichista. A categoria aqui referida indica, antes, o conjunto de capacidades, mediações materiais e de saber através do qual os homens mantêm, criam e manifestam sua existência social. São abundantes as observações marxianas acerca das forças produtivas, em que não somente os artefatos constantes do processo de produção são abrangidos por este conceito, mas também o são as técnicas, o saber, o modo pelo qual estão associados os trabalhadores em sua atividade, ainda que por meio dos ditames da propriedade privada. Força produtiva, portanto, é o complexo de potências através das quais os homens se apropriam do mundo, num duplo sentido, tomando-o como objeto de sua produção, incorporando-o a si, e tornando-o apropriado a suas necessidades. Complexo esse que, no progressivo evoluir da indústria, na forma social moderna, incorpora a ciência como um dos seus momentos mais substantivos.

Ou seja, o modo de produção da vida humana cujo objetivo primordial é a produção de riqueza, pela via da extorsão de mais-tempo de trabalho, gratuito por definição, no itinerário de seu desenvolvimento adensa a si a própria ciência – sua produção e seus

produtos – como uma de suas determinações mais essenciais. A ciência emerge no interior da ordem societária do capital como o meio o mais eficaz da produção do excedente econômico, seja enquanto categoria central da produção de mais-valia relativa, seja enquanto incremento das condições de produção. Não por acaso, Marx definirá a ciência, nos “Grundrisse”, como a “forma a mais confiável da riqueza (*der solidesten Form des Reichthums*)”. Determinação essa que abarca não apenas o mero uso tecnológico da ciência, mas tendencialmente a todo mosaico de saberes sobre a realidade. Potência de configuração do mundo humano, do conhecimento e da alteração da naturalidade, a ciência, ao assumir, enquanto força produtiva do trabalho social, a forma adequada ao capital, a de meio de produção de mais-valia, acaba por subsumir-se às determinações do próprio modo de produção capitalista. Assim sendo, de força produtiva do trabalho social aparece, toma forma social particular, como *força produtiva do capital*. Assume para si a forma social de ser da mercadoria, obedecendo à lógica da alienação e do estranhamento, que transformam as diversas condições do processo de produção, mesmo aquelas ideais, em componentes do capital fixo. Outra não é a questão, quando Marx aborda, em *Teorias da Mais-valia*, a relação de dominação do trabalho materializado sobre o trabalho vivo, ao asseverar que:

Mas essa relação se torna ainda mais complicada e aparentemente misteriosa, quando, com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, não somente aquelas coisas imediatamente materiais – todos os produtos do trabalho; considerando-se o valor de uso, condições objetivas do trabalho e produtos do trabalho, considerando-se o valor de troca, tempo de trabalho geral realizado ou dinheiro – se erguem frente ao trabalhador e o afrontam como capital, ainda que nas formas do trabalho socialmente desenvolvido, a cooperação, a manufatura (forma da divisão do trabalho), a fábrica (forma do trabalho organizado sob a base material do maquinismo) se apresentam como forças do desenvolvimento do capital e que, por conseqüência, as forças produtivas do trabalho desenvolvidas a partir dessas formas do trabalho social, portanto, a ciência e as forças naturais igualmente se apresentam como forças produtivas do capital.¹

Aqui, o capital, bem distante de ser igualado às condições objetivas e ideais de produção, é uma *forma histórico-social de ser*, não é uma coisa, é uma relação. Determinação essa que vige em igual medida ao revés, as condições do processo de trabalho não são por si capital, podem ser produtos da atividade ou mesmo trabalho anterior acumulado e materializado, mas não por isso um elemento cuja lógica se pauta por sua auto-expansão e reprodução ampliada acima e independentemente dos sujeitos reais da produção. A esse último ponto, retornaremos mais à frente. O que importa, neste passo, é apontar, com Marx, o fato de o capital, como lógica de controle social da produção da vida humana, agir como limite, histórico, evidentemente, como delimitação, circunscrição que cons-

trange as forças produtivas ao papel de mediador da espoliação social. Nesse contexto, continua Marx, afirmando que:

De fato, a unidade na cooperação, a combinação na divisão do trabalho, o emprego das forças naturais e da ciência para a produção, da mesma maneira que os produtos do trabalho no maquinismo, defrontam os trabalhadores individuais como sendo também algo estranho (*fremd*) e coisificado (*sachlich*), simples forma de existência dos meios de trabalho independentes deles e dominando-os, meios de trabalho estes os quais – sob sua figura visível de material, instrumento, etc – lhes aparecem confrontando-os como funções do capital, e, por conseguinte, do capitalista.²

Ao contrário de força de liberação, o uso intensivo da ciência como potência incorporada ao capital, aprofunda e agrava a vigência das determinações mais distintivas do trabalho alienado. E isso tanto mais na medida em que o trabalhador passa a confrontar como força estranha (*fremd*), não somente o princípio subjetivo da sua atividade convertido em mercadoria, sua atividade e os produtos desta, mas igualmente a própria capacidade genérica humano-social. Agora, o trabalhador se confronta, ao defrontar-se com a ciência, como capital, com a forma estranhada do poder humano em sua determinação a mais universal. Apresentando-se aos trabalhadores na forma social do capital, o desenvolvimento científico, patrimônio ideal humano construído e continuamente reformulado, e suas realizações, assim,

[...] se separam, de fato, da habilidade e do saber do trabalhador individual e – ainda que deva ser considerado que, em sua origem, são eles mesmos produtos do trabalho – aparecem em toda parte onde entrem no processo de trabalho, como incorporados ao capital. O capitalista que utiliza uma máquina não tem a necessidade de compreendê-la.³

À alienação originária, aquela que remete imediatamente à relação real que os homens têm com suas condições sociais objetivas e subjetivas da atividade, vem somar-se uma outra, que a realimenta e a inflecte a um nível superior, reificando ciência e tecnologia na figura dum instrumento de extração e apropriação de um sobretrabalho. A alienação com relação ao gênero atinge assim um patamar antes desconhecido, não obstante o fato de que, em outras formações histórico-sociais, no mundo antigo, por exemplo, o indivíduo trabalhador estava apartado de toda a elaboração científica, filosófica ou artística. Sob a égide do capital instaura-se não uma pura e simples exclusão, mas uma interação contraditória com a própria ciência e sua elaboração tecnológica. Aquilo que nada mais é que resultado possibilitado pelo progresso e diferenciação da relação objetiva de transformação e construção de mundo se transmuta em produto da propriedade privada das condições da produção. Assim,

Naturalmente, o capital utiliza esses meios tão-somente para explorar o trabalho, mas para explorá-lo, necessita aplicá-los à produção. E assim, o desenvolvimento das forças

produtivas sociais do trabalho e as condições deste desenvolvimento aparecem como ação do capital, vis-à-vis a qual o trabalhador se comporta passivamente, e o qual se realiza contra ele mesmo.⁴

É nessa mesma direção que afirmava Marx, antes nos “Grundrisse”,

“Essa progressão contínua de saber e de experiência”, diz Babage, “é nossa grande força”. Esta progressão, este progresso social pertence exclusivamente ao capital. Todas as formas anteriores de produção condenavam a maior parte da humanidade, os escravos, a serem meros instrumentos de trabalho. O desenvolvimento social, o desenvolvimento político, a arte, a ciência, etc, se desenrola numa esfera acima deles. O capital é o primeiro que aprisiona o progresso social a serviço da riqueza social, o desenvolvimento político, a arte, a ciência, etc., se desenrolavam numa esfera acima deles. O capital é o primeiro que aprisiona o progresso social a serviço da riqueza.⁵

O que, de certo, modo aponta o “lado civilizatório” e “universalizante” do capital, mas não o cumpre, é evidente, sem contradições. Ao mesmo momento em que coloca a ciência à disposição da produção da vida e da riqueza, o faz na forma da alienação, da separação dos escravos de seus meios, de sua coação a uma relação negativa para com as suas próprias condições da atividade. Por um lado, se agora “a maior parte da humanidade” não se acha mais excluída e apartada do desenvolvimento das formas mais sofisticadas da cognição e da prática, sua relação para com elas é eminentemente negativa. Os antigos escravos, convertidos à figura do trabalhador livre, por certo, entretêm uma dada interação com a ciência e seu progresso, mas apenas enquanto estes façam parte do capital fixo, e nos limites dessa forma social de ser. Não se relacionam com a evolução do saber como simples patrimônio teórico e prático de gerações anteriores ou de setores específicos da produção, mas como propriedade alienada, privada, e, por definição, sobre a qual não têm nenhum controle. Por outro lado, o próprio saber e produção mesma desse saber, ao serem colocados a “serviço da riqueza”, nos marcos do capital, transformam-se em meros componentes do capital fixo, e, necessariamente, têm de assumir a forma específica e o caráter distintivo de ofícios da propriedade privada. Nesse contexto, nada mais “natural” que parte do contingente científico se torne ou bem proprietários e “empreendedores” ou bem vendedores de forças de trabalho intelectual.

Ao mesmo tempo, assim, o próprio fazer científico e a própria pesquisa tornam-se “negócios” do capital, na medida em que favorecem e potencializam a sua reprodução ampliada, agora pela via da diminuição contínua, do estabelecimento de um minimum de custos de produção. Desse modo, a progressão de todo aparato tecnológico, na forma do capital, nada mais faz que tornar uma realidade imediatamente visível a apropriação do trabalho vivo pelo capital. E através e em nome da ampliação em larga escala dessa realização, a ciência se vê convertida em parte integrante do capital, a inovação em meio da

reprodução da propriedade privada e valorização do capital. Nesse momento, “a invenção torna-se então um ofício, e a aplicação da ciência à produção imediata ela mesma para a ciência um ponto de vista determinante, e que a solicita”.⁶

Tal metamorfose da ciência deve-se à progressão do processo de valorização em direção à extração de mais-valia em sua forma relativa, a qual não opera mais através da extensão física da jornada de trabalho ou da compressão do salário, mas com o aumento de produtividade via incremento das forças produtivas. Nesse sentido, representa um inegável avanço histórico, verdadeiro motor de transformação das relações entre a produção da vida e a investigação científica. Evidentemente que, do ponto de vista do capital, tal inflexão histórica que empuxa num sentido de uma universalização da ciência, seja por meio de seus aparatos, já na maquinaria, seja por intermédio de suas práticas absorvidas pela grande indústria, não se fez ou se faz em nome do próprio desenvolvimento das ciências, mas como meio o mais eficaz de estender os limites do trabalho, da sua produtividade para além das fronteiras dadas pela figura física viva do trabalhador. Transformação da relação que não abole o cerne contraditório, para o trabalho, que consiste na miserabilidade de raiz da condição do trabalhador livre, cuja produção supera sempre o que obtém na troca com o capital, sua mera manutenção como força de trabalho viva, mas a leva às últimas conseqüências. Na medida em que permite diminuir o tempo necessário, ao invés de simplesmente prolongar a totalidade da jornada.

O incremento das forças produtivas – o qual é promovido sob o comando, o olhar atento e as bênçãos do capital – não apenas modifica a intensidade e produtividade do trabalho, mas inaugura uma nova experiência com a própria temporalidade da atividade. O tempo, e seu desenrolar fisicamente constatável no desgaste, deixa de ser um limite incontornável, para tornar-se uma variável extremamente maleável. Somente esse desenvolvimento já serve para desarmar uma argumentação tão abstrata quanto filosoficamente tentadora ante os dilemas atuais, que transforma o tempo em barreira absoluta aos processos de entificação. Sobre isso também voltaremos mais à frente, quando do tratamento da contradição entre desenvolvimento das forças produtivas, agora cientificamente orientado e realizado, e a prevalência das formas de relação social do capital. É importante assinalar que o que está em causa não é a ciência, mas se trata sim de refinar a produção de sobre-trabalho:

[...] de modo nenhum é suficiente, para produzir mais-valia mediante a transformação de trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua figura historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Ele deve revolucionar (*unwälzen*) as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, para aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força

de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessário para a reprodução desse valor.⁷

E isso, não em razão de alguma necessidade exterior ao desenvolvimento do capital, mas por sua própria lógica imanente, que se realiza na medida em que dispensa trabalho imediato, direto. Marx identifica como uma das tendências da forma de ser do capital exatamente a que faz aumentar o peso do capital fixo, parte do capital despendido em materiais e meios de trabalho, e diminuir, por consequência, aquela voltada ao pagamento de força de trabalho, o capital variável. Desse modo,

O desenvolvimento do meio de trabalho em maquinaria não é fortuito para o capital, mas é a reorganização histórica do meio de trabalho legado pelo passado que se vê remodelado de maneira adequada ao capital. A acumulação do saber, da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é assim absorvida no capital face ao trabalho e aparece, portanto, como propriedade característica do capital, e mais precisamente do capital fixo, na medida em que aquele entre no processo de produção como meio de produção propriamente dito.⁸

Tal tendência inerente ao capital aprofunda ainda mais as contradições entre a forma social e histórica do trabalho e o desenvolvimento das ciências como força produtiva. Assim, “A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, de modo que duas potências independentes atuam (*einwirken*) uma sobre a outra”.⁹

O incremento de força produtiva não é então liberação de tempo de trabalho senão na forma da ejeção constante de força de trabalho do processo de produção, independentemente de aspectos conjunturais e particulares. Se as épocas de retração econômica são de especial penúria para os vendedores de força de trabalho, disso não resulta serem as de expansão momentos de glória e abundância. Pode-se ter muito bem desenvolvimento industrial e um alto nível de exclusão do mercado de trabalho. A exclusão, nesse sentido, longe de ser uma anomalia política é uma variável econômica funcional necessária do sistema capitalista. Deste modo, “Toda a forma de movimento da indústria moderna provém, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em mãos desempregadas ou semi-empregadas”.¹⁰

É nesse contexto que Marx, em *O Capital*, observará a partir da afirmação de Stuart Mill, segundo a qual as invenções mecânicas feitas até hoje não aliviaram a labuta diária de seque um ser humano que,

Tal não é também de modo algum a finalidade da maquinaria utilizada capitalisticamente. Igual a qualquer outro desenvolvimento de força produtiva, ela se deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encurtar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça ao capitalista.¹¹

Se até aqui viemos salientando a contradição instaurada pelo capital entre trabalho e gênero, emerge, nesse mesmo contexto, uma *differentia specifica* de grande importância para a compreensão real do problema. Diferença específica essa que se impõe como processo contraditório entre o desenvolvimento do conjunto das forças produtivas do trabalho social, da ciência em especial, e as formas de ser do capital, em particular, fenomenicamente, as de propriedade. Referimo-nos neste passo à distinção fundamental entre a categoria força produtiva e sua forma de ser histórica particular. Distinção essa de vital importância para o entendimento da própria contradição instaurada pela transmutação da ciência em capital.

Nada mais trivial hoje, e na mesma medida incompleto, que notar a ciência como força econômica central do mundo do capital. Trivialidade, pois, que se oferece quase que à percepção empírica. Mas incompleto, porque tal constatação, na sua crueza empírica, não percebe que a *força produtiva do capital* outra coisa não é senão *força produtiva do trabalho social na forma do capital*. O que, do ponto de vista da determinação precisa das categorias que integram e perfazem o modo de produção, no concreto, e que permitem apropriá-lo reflexivamente, no pensamento, não é de pouca monta. Retomando o texto marxiano acima citado, é central o fato de que, ao contrário de Mill, como para quase a totalidade da Economia Política, as forças produtivas são do capital (ainda que capital, para boa parte dos economistas, seja simplesmente “trabalho acumulado”, neste sentido, para a Economia Política, o capital sempre existiu. Crítica marxiana que pode ser encontrada já em *Introdução de 1857*, parte I).¹² Assim, para Marx tem peso determinante, particular, algo que poderia soar-nos mera mediação lingüística. “*Solches ist jedoch auch keineswegs der Zweck der kapitalistisch verwandten Maschinerie*”, significa identificar, ao mesmo tempo, uma separação essencial no seio mesmo da identidade do capital, como figura do processo de produção. O fato de a maquinaria ser “usada capitalisticamente” – traduzindo o mais literalmente quanto podemos – aponta ao fato de ela mesma não ser simplesmente capital, mas assumir a forma de ser do capital, uma específica determinação histórica de existência. E isso tem sérios desdobramentos em dois sentidos.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a distinção acima traçada permite-nos entender num nível bem diverso ao daqueles em que se situam os atuais “sincofantas *underlings*” do mundo do capital, o fato de o capital ter um “papel civilizador”. Para os quais, em sua maioria, as contradições do desenvolvimento capitalista das forças humanas de apropriação de mundo são, na melhor das hipóteses, “anomalias” a serem politicamente contornadas. As intervenções de natureza política são apresentadas, confusamente, ora como origem dos problemas, como um “fator perturbador” da “normalidade” do sistema, ora, magicamente, por meio de um acerto geral de interesses, enquanto instrumento

resolutivo das questões. De todo modo, as tensões e aporias que atravessam o capital, como um modo histórico de ser da produção humana, são todas transformadas em meros aspectos casuais, contingenciais. E isso quando não são consideradas como meras conseqüências do cálculo econômico, necessariamente, egoísta dos “agentes”. Nesse último caso, nem se disfarça o retorno a uma concepção fixa da individualidade, reatando a reflexão acerca dos fenômenos da produção e reprodução da vida humana às tradições de pensamento que essencializam caracteres histórico-sociais. Na argumentação marxiana, ao revés, por um lado, salienta-se antes a natureza histórica do diagnóstico, pondo-o como momento dado na infinita rota de autoconstrução do ser social dos homens, e da progressiva e infinda conversão do natural a predicado. Por outro lado, não se eternizam ou se paralisam as categorias, mediante a atribuição de qualquer forma de volteio lógico ou conceitual, por exemplo, a “fibrilação das categorias”, como quer sustentar Giannotti em seu último livro *Certa Herança Marxista*.¹³

Itinerário de autoprodução de suas categorias que nada mais é que a constituição histórica de seu ser, evidentemente, não *ex nihilo*, mas no confronto objetivo e transformador com a natureza e as heranças de gerações anteriores. Nesse sentido, o mundo do capital como momento determinado da produção humana de mundo, em que pesem suas dramáticas contradições e pela via delas, coloca como possibilidade a emergência, no roteiro tracejado pelo desenvolvimento progressivo das forças produtivas, de formas de individualidade e sociabilidade qualitativamente diversas daquelas circunscritas aos limites da propriedade privada. Dessa maneira,

[...] aspirando sem trégua à forma universal da riqueza, o capital leva o trabalho além das fronteiras de suas necessidades naturais e cria assim os elementos materiais do desenvolvimento dessa rica individualidade a qual é tão polivalente em sua produção quanto em seu consumo e do qual o trabalho, por conseguinte, não aparece mais como trabalho, mas como pleno desenvolvimento da própria atividade, onde a necessidade natural desapareceu sob sua forma imediata; por ser uma necessidade produzida pela história vem substituir aquela natural. É por isso que o capital é produtivo; isto é, é ele uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Apenas cessa de ser isso quando o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontra uma barreira no próprio capital.¹⁴

Os termos não poderiam ser mais explícitos, as categorias forjadas no interior do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que circunscrevem a produção ao terreno da alienação, põem, na necessária incorporação das produções do “cérebro social”, ainda que virtualmente, a exigência e as condições de superação das formas alienadas de sociabilidade. E isso, não por mérito do capital como forma histórica de ser da produção da vida humana, mas do capital como limite, como entrave, como estorvo ao avanço da própria produção. O que nos põe imediatamente no segundo ponto.

Em segundo lugar, mas em estreita conexão com o aspecto acima referido, abre-se o capital, como relação social em autocontradição, na medida, em que, por necessidade interior, posta por suas próprias determinações, empuxa as forças produtivas ao mais alto desenvolvimento, o qual tende a superar o próprio capital. Nesse sentido, vale a pena discutir aqui, não obstante sua extensão, uma passagem na qual Marx explora o curso das contradições, indicando, de modo prospectivo, como o desenvolvimento mesmo do capital em suas categorias põe em marcha a exigência e a possibilidade de sua superação. Assim sendo,

Mais se desenvolve o capital – e, portanto mais o mercado no qual ele circula, e que constitui o itinerário de sua circulação, é estendido –, mais ele busca ao mesmo tempo uma maior extensão espacial do mercado e uma maior aniquilação do espaço pelo tempo (*vernichtung des Raums durch die Zeit*). (daí que não se considere mais o tempo de trabalho do trabalhador individual, mas jornada de trabalho indeterminada de um número indeterminado de trabalhadores, no que concerne ao todo da população aqui em jogo; eis porque as teorias fundamentais da população estão contidas neste primeiro capítulo da mesma maneira que aquelas do lucro, do preço, do crédito, etc.).¹⁵

Ou seja, a superação do tempo de trabalho abstrato como forma de medida da riqueza é, antes de tudo, um problema gerado pelo capital e para o próprio capital. A superação tendencial “desta base miserável” é posta e está, ao mesmo tempo, em contradição com o capital como modo de ser da produção humana, como síntese real e histórica de determinações de existência da atividade social dos homens. Assinale-se, além disso, a explícita referência marxiana à maleabilidade do tempo, não, evidentemente, como variável natural, mas como temporalidade humana. O espaço da interação social se alarga e o tempo em que ela decorre diminui crescentemente. Algo que pode ser observado de modo conspícuo no desenvolvimento atual das formas de comunicação e transportes. Formas essas que têm sua origem, não numa suposta “natureza globalizante” da modernidade, tomada em abstrato, mas na necessidade de o capital, tendencialmente, reduzir o tempo de circulação a zero. Um desenvolvimento cujo estímulo visa, antes de tudo, a diminuição máxima do tempo de circulação – um tempo em que, por definição, o capital não se valoriza – aparece também como momento de posição de novas virtualidades ao humano. Abertura de horizontes num movimento em que o conteúdo da força produtiva do trabalho social potencialmente extravasa a sua forma social particular e histórica de existência

Continuando, Marx volta a pontuar as determinações que diferenciam o capital como modo de produção da vida humana em comparação com outras formações societárias:

O que aparece aqui é a tendência universal do capital, que o diferencia de todos os estágios de produção anteriores. Não obstante limitado por sua própria natureza, tende

a um desenvolvimento universal das forças produtivas e torna-se assim o pressuposto de um novo modo de produção (*die Voraussetzung neuer Produktionsweise*), não mais fundado sobre o movimento destinado a reproduzir, ou melhor, a sustentar um estado dado, mas ao contrário onde o desenvolvimento – livre, sem entraves, progressivo e universal – das forças produtivas constitui ele mesmo o pressuposto da sociedade, e, portanto, de sua reprodução, no qual a única pressuposição é a ultrapassagem do ponto de partida (*Hinausgehn über den Ausgangspunkt*). Esta tendência – inerente ao capital (*die das Kapital hat*), mas que ao mesmo tempo lhe é contraditória, enquanto uma forma de produção e que o leva à sua dissolução – o diferencia de todos os modos de produção anteriores e contém simultaneamente em si sua determinação como simples ponto de transição (*als bloßer Übergangspunkt gesetzt ist*).¹⁶

É importante salientar que, diversamente das versões mais rústicas e vulgares, a concepção marxiana de um para-além do capital de modo se algum se encerra em um tipo de reino da bem-aventurança eterna, com um dado ponto onde se atingiria um cume, um *finish* da história. Ao revés, é a indicação de um movimento em aberto, no qual novas categorias, formas de ser, se acrescem, se alteram, numa processualidade virtualmente infinita.

Linhas mais abaixo, Marx aborda o papel das ciências em todo o processo em questão, bem como determina as forças produtivas como algo mais que o aparato tecnológico:

O desenvolvimento da ciência sozinho – isto é da forma a mais confiável da riqueza (i.e. *der solidesten Form des Reichtums*), uma vez seu produto e produtor – foi suficiente para dissolver essas comunidades. Mas o desenvolvimento da ciência, esta riqueza simultaneamente ideal e prática (*dieses ideellen und zugleich praktischen Reichtums*), de um lado é somente uma forma (*eine Form*) sob a qual aparece o desenvolvimento das forças produtivas humanas, isto é da riqueza.¹⁷

Mais à frente prossegue a argumentação marxiana delimitando o desenvolvimento das forças produtivas em larga escala como “mérito negativo” do capital. Dessa maneira, diz Marx:

O capital põe como pressuposto de sua reprodução a própria produção de riqueza, e, por conseguinte, o desenvolvimento universal das forças produtivas, o transmutar constante dessas pressuposições existentes. O valor não exclui nenhum valor de uso, não inclui, portanto, nenhum tipo particular de consumo, etc., de tráfico, etc., como condição absoluta; e, mesmo, cada grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais, de tráfico, de saber, etc., aparece-lhe tão-somente como um obstáculo que tenciona vencer. Sua pressuposição mesma – o valor – é posta como produto, e não como uma pressuposição superior que planaria acima da produção. O estorvo (*Schranke*) do capital é que todo este desenvolvimento se opera de uma maneira contraditória e a elaboração das forças produtivas, da riqueza geral, etc., do saber, etc., se manifesta de tal sorte que o próprio indivíduo trabalhador se aliena (*sich entäussert*) que sua relação para com as condições

elaboradas a partir dele mesmo não é a relação com as condições de sua própria riqueza, mas com as condições da riqueza de outrem (*fremden Reichthums*) e de sua própria pobreza. Mas esta forma contraditória mesma é uma forma que desaparece e produz as condições reais (*realen Bedingungen*) de sua própria abolição. Resultado: a dupla base do desenvolvimento tendencial e δυνάμει universal das forças produtivas (*allgemeine Entwicklung der Produktivkräfte*) – da riqueza em geral (*des Reichthums überhaupt*) – e paralelamente da universalidade do tráfico (*Universalität des Verkehrs*), e, por conseguinte, do mercado mundial (*Weltmarkt*).¹⁸

Desabrochar das potências humanas, sem os limites antigos (de natureza histórico-comunitária, religiosa, política, etc), limitada tão-somente por sua regra de ouro, a máxima reprodução possível do capital. Nesse contexto, Marx não vê a produção da riqueza, “da produção pela produção” pelo prisma de uma crítica moral, estética ou política, mas pelos veios de sua própria contraditoriedade, na qual os agentes efetivos, os indivíduos sociais alienam sua capacidade e seus nexos na forma de uma relação que paira sobre suas cabeças. Relação que tanto mais se universaliza como forma de ser própria da produção dos indivíduos sociais quanto mais expande seu raio de ação. E isso, seja por meio da formação de um espaço de trocas múltiplas e multilaterais sem constrangimentos, seja pela aplicação de suas regras aos liames preexistentes ou os reconfigurando totalmente.

Para terminar, vale a pena aqui referir, a título de reflexão do presente, a crítica marxiana da posição de Sismondi, contida no capítulo 19 de *As Teorias da Mais-valia*. Sismondi, segundo Marx, ante a evidência científica das contradições imanentes ao modo de produção do capital, as quais não são meras anomalias, hesitava entre, “entravar as forças produtivas, pela intervenção do Estado, para torná-las adequadas às relações de produção, ou, ao contrário, entravar as relações de produção para torná-las adequadas às forças produtivas”.¹⁹

Dilema que, em sua extensão e intensidade, é o mesmo vivido no presente momento, do qual são expressões mais imediatamente visíveis os confrontos em torno dos direitos de propriedade intelectual e das patentes. Tais problemas põem na ordem do dia o antagonismo crescente entre essas formas do capital e o desenvolvimento da ciência como força produtiva. Da resposta dele depende a visualização de futuro ou, como fazia Sismondi, o refúgio num passado idealizado, onde o capital aparecia em sua enganadora simplicidade. O desafio está posto: ou bem se entrevê no presente um futuro possível, ou bem se sacrifica o futuro em benefício das misérias do presente.

Carpenti tua poma nepotes.

Notas

* Professor da UFMG, mestre em Filosofia, doutorando em Filosofia na UNICAMP e membro do grupo de pesquisa Marxologia: Filosofia e Estudos Confluentes.

¹ Marx, K. *Theorien über Mehrwert*, in Marx/Engels Werke, 26.1, Berlin, Dietz Verlag, 1965, p. 366.

² Idem, p. 366-367.

³ Idem, p. 367.

⁴ Idem, p. 368.

⁵ Marx, K. *Ökonomische Manuskripte 1857-1858, "Grundrisse"*, in Marx/Engels Werke, 42, Berlin, Dietz Verlag, 1983, p. 491-492.

⁶ Idem, p. 600.

⁷ Marx, K. *Das Kapital*, in Marx/Engels Werke, 23, Berlin, Dietz Verlag, 1998, p. 333-334.

⁸ Marx, K. *Ökonomische Manuskripte 1857-1858*, Op.cit, p.594.

⁹ Marx, K. *Das Kapital*, Op.cit, p. 669.

¹⁰ Idem, p. 662.

¹¹ Idem, p. 391.

¹² Cf. Marx, K. *Ökonomische Manuskripte 1857-1858*, Op.cit, p. 21.

¹³ Cf. Giannotti, J. *Certa Herança Marxista*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 254-261.

¹⁴ Marx, K. *Ökonomische Manuskripte 1857-1858*, Op.cit, p. 244.

¹⁵ Idem, p. 445.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Idem, p. 446.

¹⁸ Idem, p. 446-447.

¹⁹ Marx, K. *Theorien über Mehrwert*, in Marx/Engels Werke, 26.3, Berlin, Dietz Verlag, 1965, p. 50-51.